



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



		BALANÇOS PATRIMONIAIS						BALANÇOS PATRIMONIAIS			
		Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)						Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.454	545	1.175.322	1.739.669						
Contas a receber, líquidas	5	–	–	6.998.633	6.426.906						
Partes relacionadas	16	90.397	11.459	476.003	455.056						
Estoques	6	–	–	496.023	498.006						
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	23.201	14.558	1.204.112	1.154.203						
Despesas antecipadas	8	–	–	1.319.172	1.392.610						
Ativos contratuais		–	–	366.659	245.211						
Outros ativos		–	–	198.111	248.335						
		117.052	26.562	12.234.035	12.159.996						
Não circulante											
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	39.614	48.347	2.389.257	2.395.974						
Tributos diferidos, líquidos	7.2	–	–	12.143.664	11.357.881						
Partes relacionadas	16	–	–	10.756	7.461						
Depósitos e bloqueios judiciais	15	318	314	4.423.338	4.377.228						
Despesas antecipadas	8	–	–	1.314.739	1.344.116						
Outros ativos		–	–	14.771	12.785						
Investimentos	9	11.758.719	9.992.514	297.672	264.801						
Imobilizado	10	–	–	54.252.447	53.554.933						
Intangível	11	63.020	63.020	17.371.653	18.296.648						
		11.861.671	10.104.195	92.228.747	91.795.145						
Passivo											
Circulante											
Fornecedores	12	455	403	8.038.800	10.096.992						
Fornecedores - outras contas a pagar	12	–	–	267.074	35.751						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	–	–	5.561.575	5.385.356						
Obrigações fiscais, líquidas	14	15	19.488	2.860.828	2.479.889						
Partes relacionadas	16	2.100.522	19.025	527.571	3.307.930						
Passivo de arrendamento	18	–	–	3.718.730	3.360.198						
Receitas diferidas	15	–	–	248.107	257.063						
Provisões	18	–	–	635.439	585.827						
Passivo atuarial	17	–	–	7.725	9.283						
Outras obrigações		–	–	797.904	524.781						
		2.100.992	38.916	22.663.753	26.043.070						
Não circulante											
Fornecedores	12	–	–	1.159.077	1.302.102						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	–	–	3.000.000	5.750.000						
Obrigações fiscais, líquidas	14	–	–	145.445	145.973						
Partes relacionadas	16	117.332	1.932.990	34.986.120	31.854.085						
Passivo de arrendamento	18	–	–	10.539.334	10.480.007						
Provisões	15	–	–	9.910.605	9.495.660						
Passivo atuarial	17	–	–	2.113.328	1.684.867						
Receitas diferidas		–	–	136.379	118.819						
Outras obrigações		–	–	810.911	611.808						
		117.332	1.932.990	62.801.199	61.443.321						
		2.218.324	1.971.906	85.464.952	87.486.391						
Total do ativo											
		11.978.723	10.130.757	104.462.782	103.955.141						

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO										
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)										
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucro (prejuízo) acumulado	Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) em transações de capital	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.509.569	165.494	3.127.590	–	(29.986)	(6.241.379)	6.531.288	7.251.951	13.783.239	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.579.637	–	–	1.579.637	1.006.410	2.586.047	
Perdas em transações de capital, líquidas	–	–	–	–	–	6	6	(927)	(921)	
Constituição de reserva legal (Nota 19)	–	78.982	–	(78.982)	–	–	–	–	–	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	–	–	–	(15.007)	–	–	(15.007)	(265)	(15.272)	
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	(1.485.648)	–	–	–	–	–	
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 17)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.509.569	244.476	4.630.037	–	16.142	(6.241.373)	8.158.851	8.309.899	16.468.750	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.736.289	–	–	1.736.289	1.241.809	2.978.098	
Constituição de reserva legal (Nota 19)	–	86.847	–	(86.847)	–	–	–	–	–	
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	–	–	–	(16.501)	–	–	(16.501)	(1.087)	(17.588)	
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	(1.633.595)	–	–	–	–	–	
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 19)	–	–	–	15.007	–	–	15.007	265	15.272	
Reflexo de outras movimentações	–	–	–	660	–	–	660	–	660	
Perdas em transações de capital, líquidas	–	–	–	(6)	–	–	(6)	–	–	
Mudança de participação em controladas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 17)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.509.569	331.323	6.278.639	–	(117.765)	(6.241.367)	9.760.399	9.237.431	18.997.830	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS										
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido básico e diluído por ações)										
	Nota	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	
Receita operacional, líquida	20	–	–	45.758.956	42.672.762			1.736.289	1.588.440	2.439.184
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	–	–	(27.406.951)	(25.196.435)			–	–	–
Lucro bruto				18.352.005	17.476.327			–	–	–
Despesas comerciais	21	–	–	(8.572.495)	(8.556.326)			–	–	–
Despesas gerais e administrativas	21	(757)	(906)	(3.665.819)	(3.173.889)			–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.001.858	1.432.724	22.571	23.111			–	–	–
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	21	(4.246)	(17)	1.222.194	1.211.703			–	–	–
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social				1.996.855	1.431.801	7.358.456	6.900.926	268.330	224.480	5.779.955
Receitas financeiras	22	8.384	398.694	2.389.065	2.304.303			–	–	818.484
Despesas financeiras	22	(268.950)	(242.055)	(7.308.337)	(6.541.372)			–	–	1.085.990
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				1.736.289	1.588.440	2.439.184	2.743.857	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	–	–	(8.803)	(257.278)			–	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	–	796.192	224.721			–	–	–
Lucro líquido do exercício				1.736.289	1.579.637	2.978.098	2.586.047	–	–	–
Atribuível aos acionistas controladores				1.736.289	1.579.637	2.978.098	2.586.047	–	–	–
Atribuível aos acionistas não controladores				–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais				19	0,000853	0,000776	0,000853	0,000776	19	0,000853

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES										
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)										
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora
Lucro líquido do exercício	1.736.289	1.579.637	2.978.098	2.586.047			1.736.289	1.579.637	2.978.098	2.586.047
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:										
(Perda) ganho na atualização do plano de benefício	(205.922)	70.161	(421.922)	150.517						
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre a (perda) ganho na atualização do plano de benefício	70.014	(23.855)	143.455	(51.176)						
Outros resultados abrangentes líquidos reclassificados para resultado do exercício:										
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	2.001	(178)	4.358	(493)						
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(133.907)	46.128	(274.109)	98.858						
Total dos resultados abrangentes do exercício	1.602.382	1.625.765	2.703.989	2.684.905						
Atribuível aos acionistas controladores	1.602.382	1.625.765	2.703.989	2.684.905						
Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	–	–						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS										
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)										
1. CONTEXTO OPERACIONAL										
A Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia" ou "Claro Participações") foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na Cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.										
A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, <i>streaming</i> , Serviços de Valor Adicionado - SVA, <i>call center</i> , comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos.										
A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na seguinte:										
<ul style="list-style-type: none"> Claro S.A. ("Claro"): Prestação de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal - SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC e Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, além de outros serviços como <i>"Streaming"</i>, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de equipamentos. Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia - SCM, bem como serviços de outras naturezas tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens. Embratel Tysat Telecomunicações S.A. ("Tysat"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (<i>Direct To Home - DTH</i>), bem como serviços de outras naturezas tais como Serviços de Valor Adicionado - SVA, provimento de capacidade satelital, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas. Americeel S.A. ("Americeel"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens. BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimentos presenciais, dentre outras atividades correlatas. Ideas Musicales de Colombia S.A.S. ("Colômbia"): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de <i>streaming</i> de áudio e outras atividades correlatas. Ideas Musicales S.A. ("Argentina"): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de <i>streaming</i> de áudio e outras atividades correlatas. Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. ("México"): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de <i>streaming</i> de áudio e outras atividades correlatas. Musica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviços de <i>streaming</i> de áudio e outras atividades correlatas. Revc Comércio e Participações Ltda. ("Revc"): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas. Telmex do Brasil S.A. ("TdB"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, comercialização e locação de bens, bem como prestação de Serviços de Valor Adicionado - SVA. Claro Pay Holding S.A. ("Claro Pay Holding"): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Claro Pay S.A. - Instituição de Pagamento ("Claro Pay"): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas. 										



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

iii. Constituição de empresa Claro Pay Holding:

Em 23 de agosto de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações a constituição da controlada Claro Pay Holding, que tem como objeto social a participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, a qual foi constituída com um capital social em R\$100,00 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada ação, das quais 99 (noventa e nove) ações emitidas foram subscritas pela Companhia e 1 (uma) ação remanescente pela Telmex Solutions Telecomunicações S.A.

Em 26 de setembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$20.767 com a emissão de 20.766.539, o qual foi totalmente subscrito pela Companhia e integralizado mediante a conferência da totalidade das ações que esta detinha na Claro Pay, consequentemente deixando a Companhia de deter qualquer participação direta na Claro Pay. A acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

iv. Aquisição Ustore Software e Serviço de Informática S.A. ("Ustore"):

a) Descrição da aquisição

Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore no montante de R\$24.000 (dos quais R\$22.836 refere-se ao ágio), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social votante e total. Nesta mesma data, a Claro e os Acionistas Controladores da Ustore assinaram o "Acordo de Acionistas", que previa uma opção de venda exercível pelos Acionistas Controladores contra a Claro em relação à totalidade das ações por aqueles detidas, conforme os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas ("Opção de Venda").

Em 01 de novembro de 2022, em observância às condições contidas no Acordo de Acionistas da Ustore, a controlada Claro e os Acionistas Controladores da Ustore efetivaram a Opção de Venda, que resultou na aquisição dos remanescentes 60% das ações do capital social total e votante pela controlada Claro, a qual consequentemente, tornou-se a única acionista com 100% das ações.

Conforme descrito no IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1), em uma combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia mensurou sua participação adquirida anterior e a diferença de R\$599 de ganho foi reconhecida no resultado do período.

O valor total da referida aquisição pela controlada Claro, foi de R\$7.597.511, tendo sido transferido na data de fechamento da operação o valor de R\$7.270.270 para os antigos Acionistas da Ustore, R\$240 foram descontados referente a assessoria jurídica e, o saldo restante de R\$81, retido para garantir possíveis perdas decorrentes de processos. Esta transação foi contabilizada pelo método de Aquisição em estágios prevista na IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1).

Pagamento à vista

Caixa e equivalentes de caixas adquiridos

(77.270)

(=) Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido

1.833

(b) Valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos

(75.437)

Esta transação resultou em uma combinação de negócios por estágios conforme o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, visto que a controlada Claro passou a deter o controle da Ustore através do pagamento em espécie e foi contabilizada pelo método de aquisição.

A controlada Claro efetuou a identificação inicial dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a classificação de tais ativos, com base no balanço patrimonial de 01 de novembro de 2022, nas condições econômicas, políticas e operacionais da Ustore, existentes na data da aquisição.

Valores justos - Ustore

Caixa e equivalentes de caixa	1.833
Contas a receber de clientes	2.877
Tributos a recuperar	96
Outros ativos	195
Imobilizado	556
Intangível	2.864
Intangível - softwares (a)	23.686
Intangível - contrato de não competição (b)	2.342
Total dos ativos adquiridos	34.449
Passivo	
Fornecedores	85
Obrigações sociais e trabalhistas	1.138
Empréstimos e financiamentos	1
Obrigações fiscais, líquidas	283
Total dos passivos assumidos	1.507
Total dos ativos e passivos	32.942
Total dos ativos líquidos adquiridos - 60%	19.765
(+) Valor da contraprestação paga em dinheiro	77.270
(+) Valor retido (provisão)	81
Total da contraprestação	77.351
Ágio apurado	57.586

(a) O software foi avaliado pelo método MPEEM ("Multi-period Excess Earnings Method"), baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis. Para estimar a vida útil remanescente de software, foi feita uma análise da duração média utilizando-se de um método de taxa de retirada. O valor justo alocado à software será amortizado linearmente pelo prazo médio de 5 anos conforme a vida útil.

(b) O contrato de não competição foi avaliado pelo método *With or Without* sendo utilizada a abordagem da renda ("income approach"), devido à possibilidade de se comparar o fluxo de caixa gerado com e sem o ativo identificado. Esse método funciona com base na probabilidade de competição e perda de receita proveniente da participação de um novo player com experiência de mercado envolvendo os sócios participantes desta aquisição. As restrições previstas no contrato de compra e venda da transação vigorarão por um período de 3 anos a contar da data em que cada um dos acionistas deixar de deter, direta ou indiretamente, participação societária na Ustore. Nesse contexto, visando evitar o retorno ao mercado dos sócios vendedores, o acordo de não competição foi avaliado por um período de 3 anos sendo considerado como adequado à definição de ativo intangível.

O ágio apurado por expectativa de rentabilidade futura da aquisição, ocorre principalmente de sinergias e economias de escala esperadas, sendo a sua amortização dedutível para fins fiscais, conforme regras previstas na legislação tributária vigente.

c) Incorporação Ustore

Em 02 de outubro de 2023, em AGE, foi aprovada a incorporação da Ustore pela controlada Claro nos termos do protocolo e justificativa da operação. A incorporação não implicou em aumento de capital da controlada Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, e, em consequência da incorporação, a Ustore foi extinta de pleno direito e sucedida pela controlada Claro em todos os direitos e obrigações, para todos fins e efeitos de direito. Tal incorporação está inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, especialmente em decorrência da otimização da estrutura societária ocasionada.

O patrimônio líquido da Ustore foi avaliado em 31 de agosto de 2023 ("data-base" da incorporação) com base no valor contábil, conforme laudo de avaliação contábil para fins de incorporação emitido por empresa independente especializada, pelo montante de R\$5.513. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da incorporação, ocorrida em 02 de outubro de 2023, foram absorvidas pela controladora Claro conforme determinado pelo protocolo de justificativa.

O acervo líquido contábil da Ustore avaliado está apresentado como segue:

	Balanço patrimonial em 02 de outubro 2023		
Ativo circulante	4.872	Passivo circulante	1.706
Caixa e equivalentes de caixa	2.500	Fornecedores	28
Contas a receber, líquido	313	Obrigações fiscais, líquidas	35
Partes relacionadas	1.759	Obrigações trabalhistas, líquidas	1.643
Tributos a recuperar	187		
Outros	113		
Ativo não circulante	2.235		
Outros	54		
Imobilizado	366		
Intangível	1.815	Patrimônio líquido	5.401
Total do ativo	7.107	Total do passivo e patrimônio líquido	7.107

v. Dissolução da EG Participações S.A. ("EG")

Em 01 de agosto de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a dissolução, liquidação e consequente extinção da EG pelos seus acionistas Companhia e a Telmex Solutions. Em decorrência da dissolução, a totalidade da participação detida pela EG na controlada Claro, na controlada Claro NXT e na TBSA foi atribuída aos referidos acionistas na proporção de suas participações anteriormente detidas na EG, cabendo assim a Companhia e a Telmex Solutions, ações da Claro, Claro NXT e TBSA. Ainda, foi aprovada na mesma AGE, a partilha dos demais ativos e passivos da EG entre os seus acionistas na proporção de suas respectivas participações.

O patrimônio líquido da EG em 01 de agosto de 2023 ("data-base" da dissolução) com base no valor contábil, conforme Balanço de encerramento da EG para fins de dissolução, é de R\$268.841. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais foram absorvidas pela Companhia e Telmex Solutions na proporção de suas participações anteriormente detidas na EG.

O acervo líquido contábil da EG está apresentado como segue:

	Telmex Solutions		Companhia		Total	
Ativo circulante	1	5	6	Passivo circulante	42	126
Caixa e equivalentes de caixa	1	3	4	Fornecedores	42	126
Tributos a recuperar	-	2	2			
Ativo não circulante	68.235	200.768	269.003			
Investimentos	68.235	200.768	269.003			
Total do ativo	68.236	200.773	269.009	Patrimônio líquido	68.194	200.647
Autorizações e concessões em telecomunicações:				Total do passivo e patrimônio líquido	68.236	200.773

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia fixa de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

Leilão 5G

A controlada Claro adquiriu faixas de rádio frequência através de leilão do 5G, realizado pela ANATEL em novembro de 2021. O valor total dessa licença foi de R\$4.645.098, registrado na rubrica de intangível em 31 de dezembro de 2021, sendo:

I. R\$1.589.808 referente aos valores: do bloco nacional de 100 MHz na faixa de frequência nacional de 3,5GHz, pelo valor de R\$270.160 (pago em 23 de dezembro de 2021), lote na faixa de frequência de 2,3 GHz nas regiões Norte, Sul, Centro Oeste, São Paulo e Triângulo Mineiro, pelo valor de R\$1.214.000 (sendo R\$900.000 pago em 22 de dezembro de 2021 e R\$314.000 pago em 23 de dezembro de 2021) e dois blocos nacionais de 200 MHz na faixa de frequência de 26GHz, pelo valor de R\$105.648 (pago em 23 de dezembro de 2021);

II. R\$2.104.458 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, em que as operadoras vencedoras deste leilão, constituiram em 18 de fevereiro de 2022, a Empresa Administradora da Faixa (EAF), a qual ficou responsável por implementar os projetos PAIS (Programa Amazônia Interconectada e Sustentável), a Rede Privativa Federal, bem como executar a limpeza e desocupação da faixa de 3.625 a 3.700MHz. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 2 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (primeira parcela foi paga em 17 de fevereiro de 2022 e a segunda parcela foi paga em 17 de junho de 2022); e

III. R\$950.832 referente à parcela de responsabilidade da Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, onde as operadoras vencedoras deste leilão, constituiram em 9 de março de 2022, a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) para a faixa de 26GHz, com o objetivo de assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 5 parcelas corrigidas pelo IGP-DI (primeira parcela foi paga em 20 de abril de 2022 segunda parcela paga em 20 de outubro de 2022, terceira parcela paga em 20 de abril de 2023, quarta parcela paga em 20 de outubro de 2023 e a última parcela será paga com previsão em abril de 2024).

Em adição aos valores que serão pagos pelas licenças, os arrematantes assumem obrigações associadas ao uso das frequências, que deverão ser cumpridas no decorrer dos próximos anos, conforme regras estabelecidas no Edital publicado pela Anatel.

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local)
	Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional
	Serviço Móvel Pessoal (SMP)
	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
	Serviço Móvel Marítimo (SMM)
Americe	Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)
	Serviço Limitado Especializado - Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americe	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Tvsat	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Claro NXT	Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

A controlada Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal ("SMP") por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos									
	850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	1900 - 2100 MHz ***	3G	4G	4G	5G	5G	5G
Acre	07/2027	07/2027	07/2027*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rondônia	07/2027	07/2027	07/2027*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Tocantins	07/2027	07/2027	07/2027*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Distrito Federal	07/2027	07/2027	07/2027*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso	07/2027	07/2027	07/2027*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso do Sul	07/2027	07/2027	07/2027*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Goias	07/2027	07/2027	07/2027*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Bahia	-	12/2032	12/2032		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Sergipe	-	12/2032	12/2032		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Alagoas	08/2027	08/2027	08/2027		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Ceará	08/2027	08/2027	08/2027		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Parabá	08/2027	08/2027	08/2027		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Piauí	08/2027	08/2027	08/2027		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Pernambuco	08/2027	08/2027	08/2027		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Norte	08/2027	08/2027	08/2027		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Paraná	-	12/2032	12/2032		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná (Norte)	-	12/2032	12/2032		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Santa Catarina	-	12/2032	12/2032		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rio de Janeiro	04/2028	04/2028	04/2028*		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Espirito Santo	04/2028	04/2028	04/2028*		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Sul	04/2028	04/2028	04/2028*		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo - Capital	08/2027	08/2027	08/2027		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo - Interior	03/2028	03/2028	03/2028		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Minas Gerais	-	04/2035*	04/2035*		04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	12/2032		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amazonas	11/2028	-	-		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso do Sul	11/2028	-	-		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Roraima	11/2028	-	-		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amapá	11/2028	-	-		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Pará	11/2028	-	-		04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041

* Alguns blocos vencem em dezembro de 2032.

** Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027 a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-R do Edital com vencimento em junho de 2036).

*** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento julho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis à prestação dos serviços, objeto das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Direitos de exploração de satélite:

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W,70°W, 84°W - Banda C	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	65°W, 70°W - Banda X	01/01/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku	08/10/03	12/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	27/02/07	30/04/29
Posição Orbital				



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)	
<p>→ continuação</p>	
<p>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Esses ativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.</p> <p>Desreconhecimento Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.</p> <p>b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.</p> <p>Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.</p> <p>c) Passivos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.</p> <p>Mensuração subsequente A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definido pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.</p> <p>Passivos financeiros a custo amortizado Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.</p> <p>Desreconhecimento Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.</p> <p>d) Compensação de instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.</p> <p>3.6. Contas a receber, líquidas As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, <i>simcards</i>, serviços de satélites e acessórios. A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.</p> <p>3.7. Transações denominadas em moeda estrangeira Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.</p> <p>3.8. Estoques Representados substancialmente por aparelhos <i>handsets</i>, celulares, <i>simcards</i>, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.</p> <p>3.9. Investimentos Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamenteado em rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.</p> <p>3.10. Imobilizado Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O reflexo do custo incluído o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, incluindo partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 10. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.</p> <p>3.11. Arrendamento mercantil A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contém arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.</p> <p>Ativo de direito de uso A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.</p> <p>Passivo de arrendamento O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.</p> <p>PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.</p> <p>3.12. Intangível Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, descrito na Nota 11. Incluem ainda, os direitos de uso de <i>software</i> adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem, valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) dentre outros. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.</p> <p>Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.</p> <p>3.13. Provisão para recuperação de ativos A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes provedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos: a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. b) Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Avaliação da recuperação do valor contábil A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: • Receitas Projetadas com base na realização do ano de 2023 e projeções orçamentárias para 2024, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimento decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada. A variação da receita projetada para 2024 foi em média de 12,1% a. a., conforme volume na base de clientes. • Custos e despesas operacionais Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.</p>	



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 20/03/2024
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Provisão para desmontamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão

As controladas da Companhia determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

As controladas da Companhia possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. As controladas da Companhia aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, consideramos todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, as controladas da Companhia reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

As controladas da Companhia não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	292	455	431.256	894.065
Equivalentes de caixa (1)	3.172	90	744.066	875.504
	3.464	545	1.175.322	1.739.669

(1) Inclui valores de aplicação financeira com partes relacionadas no montante de R\$28.221 para o consolidado, com taxa média de remuneração 11,48% a.a. (R\$28.177 em 31 de dezembro de 2022 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 12,85%).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 11,65% a.a. (13,51% em 31 de dezembro de 2022).

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2023	2022
Serviços de voz, dados e outros	6.927.204	6.712.552
Venda de aparelhos celulares e acessórios	1.521.011	1.225.187
Administradoras estrangeiras	26.368	21.761
	8.474.583	7.959.500
	(1.475.950)	(1.532.594)
	6.998.633	6.426.906

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	5.367.654	4.876.591
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.255.761	1.227.716
De 31 a 60 dias	414.885	286.888
De 61 a 90 dias	163.169	182.552
Mais de 90 dias	1.273.114	1.385.753
	8.474.583	7.959.500

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	1.532.594	1.549.570
Aquisição de empresas (Nota 1 i.)	18.136	—
Provisão constituída	878.185	921.895
Baixa de provisão (1)	(934.829)	(957.007)
Saldo final	1.475.950	1.532.594

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2023	2022
Estoques de aparelhos para revenda	390.954	324.661
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	94.891	173.416
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	66.139	45.871
Outros	16.808	19.799
	568.792	563.747
	(72.769)	(65.741)
	496.023	498.006

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	65.741	57.505
Provisão constituída	60.414	37.133
Baixas	(53.386)	(28.897)
Saldo final	72.769	65.741

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7.1. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS a recuperar (1)	—	—	1.507.222	1.714.225
Imposto de renda retido na fonte (2)	48	1	1.280.925	1.055.825
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	48.806	34.489	296.567	265.656
PIS/COFINS (3)	—	—	427.839	413.239
CPMF pago indevido (4)	13.961	28.415	13.961	28.415
Outros	—	—	66.855	72.817
	62.815	62.905	3.593.369	3.550.177
Circulante	23.201	14.558	1.204.112	1.154.203
Não circulante	39.614	48.347	2.389.257	2.395.974

(1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

(2) Predominantemente são créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

(3) Trata-se de crédito de PIS e COFINS em decorrer da ação judicial transitada e julgada em agosto de 2018, para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições das controladas Claro e Americal, com saldo de R\$344.862 em 31 de dezembro de 2023 (R\$330.744 em 31 de dezembro de 2022).

(4) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e, portanto, não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado ato de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo ato de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.2. TRIBUTOS DIFERIDOS, LÍQUIDOS

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem prescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura.

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Ativo fiscal diferido		
Prejuízos fiscais (1)	5.320.387	1.928.117
Provisão para perdas de crédito esperadas	628.735	226.345
Provisão para contingências	2.448.580	881.489
Tributos com exigibilidade suspensa	642.659	231.357
Variação cambial regime de caixa (2)	457.635	164.748
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	40.212	14.476
Efeitos de IFRS 16/CPC 06(R2)	321.579	115.769
Outras diferenças temporárias	860.952	309.943
	10.720.739	3.872.244

Passivo fiscal diferido

	Consolidado	
	2023	2022
Correção monetária especial	—	—
Plano atuarial (3)	(93.925)	(33.813)
Ágio em aquisições (3)	(711.612)	(244.261)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(704.376)	(253.575)
Depreciação acelerada (4)	(47.234)	(17.004)
Inovação tecnológica (5)	(132.581)	(47.785)
Outras diferenças temporárias	(116.133)	(46.940)
	(1.805.961)	(643.358)
	8.914.778	3.228.886

(1) As controladas Claro NXT e a Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$874.711 em 31 de dezembro de 2023 (R\$172.202 em 31 de dezembro de 2022).

(2) Em 2022 a Companhia tributou os efeitos da variação cambial decorrentes de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa. Em 2023 as controladas Claro e Claro NXT realizaram as diferenças temporárias decorrentes da variação cambial em função da alteração para o regime de competência.

(3) Passivo fiscal diferido referente a amortização do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90, BrTel e Jonava.

(4) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018.

(5) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.264.644	3.016.105	11.280.749
Operações societárias (Nota 1 ii.)	(72.386)	(26.059)	(98.445)
Reconhecimento de tributo diferido (1)	126.619	45.583	172.202
Constituição	354.044	12.306	366.350
Realização (3)	(333.413)	(139.473)	(472.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.339.508	3.018.373	11.357.881
Reconhecimento de tributo diferido (1)	643.170	231.541	874.711
Constituição (2)	288.758	99.016	387.774
Realização (3)	(356.658)	(120.044)	(476.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.914.778	3.228.886	12.143.664

(1) As controladas Claro NXT e a Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$874.711 em 31 de dezembro de 2023 (R\$172.202 em 31 de dezembro de 2022).

(2) Em 2022 a Companhia tributou os efeitos da variação cambial decorrentes de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa. Em 2023 as controladas Claro e Claro NXT realizaram as diferenças temporárias decorrentes da variação cambial em função da alteração para o regime de competência.

(3) Passivo fiscal diferido referente a amortização do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90, BrTel e Jonava.

(4) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018.

(5) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.264.644	3.016.105	11.280.749
Operações societárias (Nota 1 ii.)	(72.386)	(26.059)	(98.445)
Reconhecimento de tributo diferido (1)	126.619	45.583	172.202
Constituição	354.044	12.306	366.350
Realização (3)	(333.413)	(139.473)	(472.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.339.508	3.018.373	11.357.881
Reconhecimento de tributo diferido (1)	643.170	231.541	874.711
Constituição (2)	288.758	99.016	387.774
Realização (3)	(356.658)	(120.044)	(476.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.914.778	3.228.886	12.143.664

(1) As controladas Claro NXT e a Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$874.711 em 31 de dezembro de 2023 (R\$172.202 em 31 de dezembro de 2022).

(2) Em 2022 a Companhia tributou os efeitos da variação cambial decorrentes de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa. Em 2023 as controladas Claro e Claro NXT realizaram as diferenças temporárias decorrentes da variação cambial em função da alteração para o regime de competência.

(3) Passivo fiscal diferido referente a amortização do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90, BrTel e Jonava.

(4) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018.

(5) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.264.644	3.016.105	11.280.749
Operações societárias (Nota 1 ii.)	(72.386)	(26.059)	(98.445)
Reconhecimento de tributo diferido (1)	126.619	45.583	172.202
Constituição	354.044	12.306	366.350
Realização (3)	(333.413)	(139.473)	(472.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.339.508	3.018.373	11.357.881
Reconhecimento de tributo diferido (1)	643.170	231.541	874.711
Constituição (2)	288.758	99.016	387.774
Realização (3)	(356.658)	(120.044)	(476.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.914.778	3.228.886	12.143.664

(1) As controladas Claro NXT e a Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$874.711 em 31 de dezembro de 2023 (R\$172.202 em 31 de dezembro de 2022).

(2) Em 2022 a Companhia tributou os efeitos da variação cambial decorrentes de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa. Em 2023 as controladas Claro e Claro NXT realizaram as diferenças temporárias decorrentes da variação cambial em função da alteração para o regime de competência.

(3) Passivo fiscal diferido referente a amortização do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90, BrTel e Jonava.

(4) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C2, C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018.

(5) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.264.644	3.016.105	11.280.749



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Em 19 de julho de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$6.500, com a emissão de 918.275 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 02 de setembro de 2022, em AGE, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Claro Pay no montante de R\$13.500, com a emissão de 2.632.544 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas individualmente pela acionista Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 26 de setembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$20.767 com a emissão de 20.766.539, o qual foi totalmente subscrito pela Companhia e integralizado mediante a conferência da totalidade das ações que esta detinha na Claro Pay, consequentemente deixando a Companhia de deter qualquer participação direta na Claro Pay. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay em benefício da Companhia.

Em 18 de outubro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na controlada Claro Pay Holding no valor de R\$5.000 com a emissão de 7.089.495, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 18 de novembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na controlada Claro Pay Holding no valor de R\$5.000 com a emissão de 11.357.673, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 16 de dezembro de 2022, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na controlada Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 52.665.437, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

10. IMOBILIZADO

Descrição	Vida útil estimada em anos		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Equipamentos de transmissão	1,3,5,7,8,10,12,13,15 e 25	27.528.495	26.848.680	27.528.495
Infraestrutura	5,10,12,15,20,25 e 30	4.651.709	4.404.850	4.651.709
Equipamentos de comutação	3,4,5,7,10 e 15	5.973.128	5.543.604	5.973.128
Prédios	20 e 25	705.268	499.960	705.268
Terenos		451.441	451.898	451.441
Outros ativos imobilizados		615.174	546.694	615.174
Ajuste ao valor de realização	5,13,15 e 25	(13.773)	(34.682)	(13.773)
Imobilizado em andamento		2.704.056	4.035.963	2.704.056
Imobilizado total (a)		42.615.498	42.296.967	42.615.498
Equipamentos de transmissão		2 e 8	194.223	341.222
Prédios		5	71.234	43.224
Infraestrutura		2, 4, 5, 8 e 10	11.371.492	10.873.520
Direito de uso em arrendamento (b)			11.836.949	11.257.966
Imobilizado, líquido			54.252.447	53.554.933

a) Movimentação do imobilizado

Custo em 31 de dezembro de 2021	Consolidado					Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terenos	
Adições	261.969	2.553	10.707	10.707	110.000	432.224
Baixas	(586.581)	(71.174)	(60.486)	(4.206)	(184)	(722.936)
Transferências (1)	3.108.593	4.560.025	1.984.525	118.735	926	10.211.189
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	3.877.051	(260.435)	883.728	—	—	4.500.344
Operações societárias (Nota 1 ii.)	—	(3.064.035)	—	—	—	(3.064.035)
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	—	—	—	—	—	—
Custo em 31 de dezembro de 2022	99.105.281	14.902.935	25.324.782	1.481.727	451.898	147.067.623
Adições	186.685	5.912	313	10.707	130.188	333.805
Baixas	(675.199)	(55.528)	(11.414)	(574)	(457)	(743.157)
Transferências	6.344.559	938.136	1.956.258	228.502	249.171	9.756.626
Custo em 31 de dezembro de 2023	104.961.326	15.791.455	27.269.939	1.720.362	451.441	150.204.723
Depreciação em 31 de dezembro de 2021	(67.143.124)	(9.300.313)	(17.662.884)	(955.682)	(4.927.593)	(98.298.476)
Adições	(5.371.177)	(554.717)	(1.308.631)	(29.953)	(278.596)	(7.534.074)
Baixas	590.065	66.546	34.748	3.867	25.051	720.277
Transferências (1)	2.720.053	(2.728.031)	6.665	1	(769)	(2.081)
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	(3.051.411)	(267.559)	(851.076)	—	—	(4.170.046)
Operações societárias (Nota 1 ii.)	—	2.285.989	—	—	—	2.285.989
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	—	(1.007)	—	—	—	(1.007)
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	(72.256.601)	(10.498.085)	(19.781.178)	(981.767)	(5.466.891)	(107.258.747)
Adições	(5.751.256)	(690.265)	(1.526.154)	(33.914)	(312.651)	(8.293.331)
Baixas	576.053	48.660	11.351	574	76.952	713.590
Transferências	(1.027)	(56)	(830)	13	1.900	(114.838.488)
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(77.432.831)	(11.139.746)	(21.296.811)	(1.015.094)	(5.700.690)	(114.838.488)
Imobilizado, líquido	27.528.495	4.651.709	5.973.128	705.268	451.441	61.517.4

(1) Representam transferências de imobilizado em andamento para a operação, bem como para o intangível.
 (2) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e quinta geração (5G).

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - IFRS 16/CPC 06 (R2)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Consolidado			
	Equipamentos de transmissão	Prédios	Infraestrutura	Total
Adições, líquidas (1) (2)	146.194	80.447	5.905.991	6.132.632
Amortização do direito de uso	247.187	99	6.913.542	7.160.828
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	(52.159)	(37.322)	(1.901.164)	(1.990.645)
Operações societárias (Nota 1 ii.)	—	—	(1.020.647)	(1.020.647)
Operações societárias (Nota 1 iii.)	—	—	(1.065.496)	(1.065.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	341.222	43.224	10.873.520	11.257.966
Adições, líquidas (1)	(103.028)	62.562	2.978.610	2.938.144
Amortização do direito de uso	(43.971)	(34.552)	(2.480.638)	(2.559.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	194.223	71.234	11.371.492	11.636.949

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.
 (2) Inclui valores de base fee e terrenos reconhecidos em julho de 2022 com a parte relacionada TBSA no montante de R\$5.649.600, em decorrência da operação societária na Nota 1 ii.

c) Bens vinculados aos contratos de concessão
 Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados pelas suas controladas, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

d) Revisão da vida útil
 A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

e) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis
 A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

11. INTANGÍVEL

Descrição	Vida útil estimada em anos		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Licenças de outorga	6,15 e 20	6.880.199	6.430.230	6.880.199
Direito de uso de software	5	1.048.127	1.098.307	1.048.127
Ágio		7.103.390	7.075.988	7.103.390
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	1.095.165	1.102.573	1.095.165
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 - 6,7 e 10,75	852.943	1.005.240	852.943
Fundo de comércio	1	1.042	1.924	1.042
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	4.504	5.807	4.504
Intangível em andamento		386.283	1.576.579	386.283
Intangível, líquido		17.371.653	18.296.648	17.371.653

Movimentação do intangível

Custo em 31 de dezembro de 2021	Consolidado							Total
	Licenças de outorga (2)	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos e de passagem	Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	
Adições	—	—	—	—	—	—	—	—
Baixas	(68.112)	(171)	—	(46.725)	—	(1.264)	—	(71.172)
Transferências (1)	2.909.235	548.021	—	89.247	7.200	1.925	—	3.347.428
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	1.026	509.609	3.409.716	—	663.145	—	—	5.008.596
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	—	—	—	—	—	—	2.004	2.004
Custo em 31 de dezembro de 2022	20.985.028	8.763.977	7.250.195	2.216.794	2.327.648	97.613	215.914	37.857.973
Adições	4.217	21.537	—	9.625	—	1.009	—	25.368
Baixas	(1.668)	(705)	—	(30.270)	—	(564)	—	(33.207)
Transferências	1.312.521	290.495	—	136.099	—	1.311	—	2.040.436
Operação societária (Nota 9)	—	—	27.402	—	—	—	—	27.402
Custo em 31 de dezembro de 2023	22.300.098	9.075.304	7.277.597	2.332.248	2.327.648	98.924	216.359	43.851.228
Amortização em 31 de dezembro de 2021	(13.826.986)	(6.614.979)	(174.207)	(973.238)	(1.214.332)	(94.628)	(209.338)	(22.944.475)
Adições	(727.336)	(585.003)	—	(144.057)	(106.198)	(1.061)	(7.490)	(1.571.145)
Baixas	—	24.344	—	—	—	6.721	—	31.065
Transferências (1)	—	2.645	—	3.074	—	—	—	5.719
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	(476)	(489.808)	—	—	(1.878)	—	—	(492.162)
Aquisição de empresa (Nota 1 iv.)	—	(2.869)	—	—	—	—	—	(2.869)
Amortização em 31 de dezembro de 2022	(14.554.798)	(7.665.670)	(174.207)	(1.114.221)	(1.322.408)	(95.689)	(210.107)	(24.973.867)
Adições	(865.672)	(354.636)	—	(130.853)	(152.297)	(2.193)	(2.320)	(1.507.971)
Baixas	1.668	23	—	—	—	572	—	2.263
Transferências	(1.097)	(6.894)	—	7.991	—	—	—	(1.004)
Amortização em 31 de dezembro de 2023	(15.419.899)	(8.027.177)	(174.207)	(1.237.083)	(1.474.705)	(97.882)	(211.585)	(26.479.575)
Intangível, líquido	6.880.199	1.048.127	7.103.390	1.095.165	852.943	1.042	4.504	386.283

(1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.
 (2) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos e para a tecnologia 5G é de 20 anos, renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal.

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	Consolidado	
	2023	2022
Forneceadores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços	9.064.610	11.213.658
Forneceadores diversos	113.902	135.159
Interconexão e roaming	19.365	50.277
Cobilling	9.197.877	11.399.094
Total fornecedores e outras contas a pagar	267.074	35.751
Forneceadores - cessão de direito (1)	267.074	35.751
Total fornecedores e outras contas a pagar	9.464.951	11.434.845
Circulante	8.305.874	10.132.743
Não Circulante	1.159.077	1.302.102

(1) Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a controlada Claro negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a controlada Claro anula a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores junto a instituições financeiras. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a controlada Claro não é ressarcida ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a controlada Claro.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Moeda nacional	Consolidado		
	2023	2022	Total
Debêntures (a)	4.540.529	3.000.000	7.540.529
Notas promissórias (b)	—	—	819.049
Notas comerciais (c)	1.021.046	—	1.021.046
Empréstimos (d)	—	—	1.688.153
Total da dívida	5.561.575	3.000.000	8.561.575

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

Saldo em 31/12/2021	Consolidado				Saldo em 31/12/2022
	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	
Debêntures (a)	3.602.337	5.750.000	(1.000.000)	(669.916)	945.733
Notas promissórias (b)	2.255.125	800.000	(2.000.000)	(310.979)	74.903
Empréstimos (d)	—	1.640.800	—	(111.099)	158.552
	5.857.462	8.190.800	(3.000.000)	(1.091.994)	1.179.088
Saldo em 31/12/2022	8.628.154	1.500.000	(2.500.000)	(1.123.853)	1.036.228
Debêntures (a)	819.049	—	(800.000)	(115.938)	96.889
Notas promissórias (b)	—	1.000.000	—	—	21.046
Notas comerciais (c)	1.688.153	—	(1.640.800)	(110.491)	63.138
Empréstimos (d)	11.139.356	2.500.000	(4.940.800)	(1.350.282)	

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo

CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

i) ISS
 As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, e outros serviços considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2023, o valor dessas contingências é de R\$563.574 em 31 de dezembro de 2022), do qual foi provisionado o valor de R\$12.983 (R\$12.343 em 31 de dezembro de 2022).

j) Outras contingências tributárias
 As controladas Claro, Claro NXT e Amercel possuem outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado dessas contingências é de R\$436.347 no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$565.387 em 31 de dezembro de 2022). Foi constituída provisão no valor de R\$53.686 no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$48.544 em 31 de dezembro de 2022).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, consumidores e ambientais
 Incluem diversas demandas regulatórias, cíveis, consumidores, ambientais, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	2023			Consolidado			2022			
	Ref.	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
Regulatórias		1.916.885	3.261.197	5.177.882	1.892.790	2.537.673	4.430.463			
PADO	a.1)	382.646	2.953.763	3.336.409	354.691	2.259.030	2.613.721			
ANATEL	a.2)	1.491.030	107.957	1.599.047	1.501.783	107.957	1.609.740			
STFC	a.3)	42.949	199.477	242.426	36.316	170.686	207.002			
Cíveis		1.039.573	3.868.643	4.908.216	1.021.691	3.455.772	4.477.463			
Disputa com terceiros	b.1)	1.039.573	3.567.293	4.606.866	1.021.691	3.154.422	4.176.113			
Decreto (SAC)	b.2)	-	301.350	301.350	-	301.350	301.350			
Consumidores	c)	75.293	575.066	650.359	82.820	581.143	663.963			
Ambientais	d)	12.395	195.664	208.059	11.464	218.203	229.667			
Total		3.043.946	7.900.570	10.944.516	3.008.765	6.792.791	9.801.556			

a) Contingências regulatórias
 Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$5.177.882, sendo R\$1.916.685 considerado como perda provável e R\$3.261.197 como possível (R\$4.430.463, dos quais R\$1.892.790 considerado como perda provável e R\$2.537.673 como possível em 31 de dezembro de 2022).

a.1) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)
 Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente. Em 31 de dezembro de 2023 o valor desses processos é de R\$3.336.409 (2.613.721 em 31 de dezembro de 2022) do qual foi provisionado R\$382.646 (R\$354.691 em 31 de dezembro de 2022).

a.2) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas
 Correção monetária
 Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2023 a controlada Claro constitui provisão de R\$1.491.090 (R\$1.501.783 em 31 de dezembro de 2022) com risco provável.

MMDS
 Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2023, R\$107.957 como perda possível (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2022).

a.3) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC
 Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$242.426 (R\$207.002 em 31 de dezembro de 2022) do qual foi provisionado o valor de R\$42.949 (R\$36.316 em 31 de dezembro de 2022).

a.4) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP
 Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação. Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessas contingências é de R\$384.402 (R\$348.755 em 31 de dezembro de 2022). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como provável a probabilidade de perda dessas causas.

a.5) CADE
 A controlada Claro esclarece que teve conhecimento da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em julgamento, que não teve unanimidade, realizado na data do dia 11 de maio de 2022, determinando o pagamento de multas pela Claro Brasil (R\$395 milhões), Oi Móvel S.A. (R\$266 milhões) e Telefônica Brasil S.A. (R\$121,7 milhões), empresas que constituiram o Consórcio Rede Correios para participação do Pregão Eletrônico 144/2015-Correio. As multas referem-se a uma ação movida pela British Telecom do Brasil ("BT") contra as empresas participantes do Consórcio Rede Correios, alegando, em resumo, práticas anticoncorrenciais e dificuldades à participação da BT em licitação. A controlada Claro reforça que não houve conduta anticompetitiva na formação do consórcio e que mantém regras rígidas e transparentes na participação de licitações. A Companhia tem plena confiança no modelo de consórcio referido, reconhecido por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), e cumpre irrestritamente a todas as leis e normas que protegem e regulam a livre concorrência.

A decisão foi revisada em 13 de setembro de 2023 em sede de embargos de declaração com efeitos infringentes, determinando o pagamento de multas contra a controlada Claro (R\$30,9 milhões), Oi Móvel S.A. (R\$ 53,6 milhões) e Telefônica Brasil S.A. (R\$28,3 milhões).

Em 20 de outubro de 2023, a controlada Claro efetuou o pagamento da multa, no valor de R\$30.938, para evitar qualquer tipo de restrição às suas atividades, já tendo solicitado em juízo não só o ressarcimento desse valor, mas a anulação integral da decisão proferida pelo CADE.

b) Contingências cíveis
 Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$4.908.216, sendo R\$1.039.573 considerado como perda provável e R\$3.868.643 como possível (R\$4.477.463 dos quais R\$1.021.691 considerado como provável e R\$3.455.772 como possível, em 31 de dezembro de 2022).

b.1) Disputa com terceiros
 A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$1.039.573 como provável (R\$1.021.691 em 31 de dezembro de 2022) e R\$3.567.293 como perda possível (R\$3.154.422 em 31 de dezembro de 2022).

(b) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado								
					2021	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	Operações societárias (Nota 1 ii.)	2022
Claro NXT		Nil International	4,54% (*)	11/06/2023	4.283.907	-	-	-	114.455	(277.194)	-	-	4.121.168
Claro		Nil International	4,22% (*)	29/03/2026	7.984.359	-	-	-	282.709	(515.565)	-	-	7.751.503
Claro	b.1)	Amov Finance	2,54%	22/01/2026	280.902	-	-	(7.086)	1.123	(10.202)	(264.737)	-	-
Claro	b.1)	Amov Finance	2,82%	23/02/2026	280.443	-	-	(7.441)	1.507	(9.772)	(264.737)	-	-
Claro	b.1)	Amov S.A.B.	2,54%	22/01/2026	-	-	-	-	1.304	(4.561)	264.737	-	261.480
Claro	b.1)	Amov S.A.B.	2,82%	23/02/2026	-	-	-	-	1.304	(4.484)	264.737	-	261.557
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	2.249.097	-	(54.670)	-	45.738	(125.819)	(1.876.599)	-	237.747
Claro NXT	b.2)	Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	6.252	(15.278)	1.128.783	-	1.119.757
Claro NXT	b.2)	Amov S.A.B.	2,54%	15/01/2026	-	-	-	(986)	1.027	(6.525)	530.305	-	523.821
Claro NXT	b.2)	América Móvil Perú	2,54%	15/01/2026	-	-	-	-	1.205	(2.944)	217.511	-	215.772
Claro	b.3)	Amov Finance	12,20%	16/11/2028	552.328	-	(89.861)	(40.760)	32.282	-	-	(453.989)	-
Claro NXT		Amov Finance	2,54%	27/01/2026	140.345	-	-	-	3.305	(9.152)	-	-	131.221
Claro NXT		Amov Finance	2,54%	28/01/2026	140.335	-	-	-	3.305	(9.150)	-	-	131.211
Claro NXT		Amov Finance	2,82%	26/02/2026	280.377	-	-	(6.680)	3.742	(18.890)	-	-	262.149
Claro NXT		Amov Finance	3,14%	06/03/2026	560.567	-	-	(14.149)	16.353	(38.648)	-	-	524.123
Claro NXT		Amov Finance	3,14%	10/03/2026	560.469	-	-	(14.065)	16.353	(38.725)	-	-	524.032
Claro		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	8.232.037	-	(364.870)	(925.220)	902.493	-	-	-	7.844.440
Claro NXT		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	3.249.097	-	(917.054)	(364.530)	339.458	-	-	-	2.306.971
Claro		Amov Finance	13,20%	15/06/2028	-	511.070	-	(34.293)	37.479	-	-	-	514.256
Claro		Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.590.784	-	-	(168.973)	160.612	-	-	-	1.582.423
Claro		Amov Finance	12,95%	05/10/2028	-	337.669	-	-	10.689	-	-	-	348.358
Claro		Amov Finance	12,00%	20/12/2028	574.027	-	-	(69.562)	69.562	-	-	-	574.027
Claro		Amov Finance	13,18%	28/12/2028	-	421.536	-	-	617	-	-	-	422.153
Claro NXT		Amov Finance	4,90%	11/03/2030	5.330.573	-	-	(253.508)	252.979	(346.022)	-	-	4.984.022
					36.289.647	1.270.275	(1.371.785)	(1.968.479)	2.309.453	(1.432.931)	-	(453.989)	34.642.191

(*) taxa média
 (1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado								
					2022	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	2023	
Claro NXT	b.4)	Nil International	4,46% (*)	11/06/2023	4.121.168	-	-	(136.829)	87.392	(316.174)	(3.755.557)	-	
Claro	b.4)	Nil International	4,11% (*)	29/03/2026	7.751.503	-	-	-	31.376	(175.897)	(7.606.982)	-	
Claro	b.4)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	-	-	-	(186.479)	438.845	(393.116)	7.606.982	7.466.232	
Claro NXT	b.4)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	-	-	-	-	94.605	15.765	3.755.557	3.865.927	
Claro NXT	b.5)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	237.747	-	(4.228)	-	2.923	(18.159)	(218.283)	-	
Claro NXT	b.5)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	131.221	-	(2.493)	-	1.956	(10.003)	(120.681)	-	
Claro NXT	b.5)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	131.211	-	(2.484)	-	1.948	(10.002)	(120.673)	-	
Claro NXT	b.5)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	262.149	-	(5.043)	-	3.770	(19.918)	(240.958)	-	
Claro NXT	b.5)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	524.123	-	(10.619)	-	13.180	(40.027)	(486.657)	-	
Claro NXT	b.5)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	524.033	-	(10.708)	-	13.179	(39.931)	(486.572)	-	
Claro NXT	b.5)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	4.984.022	-	(69.122)	-	106.715	(379.476)	(4.642.139)	-	
Claro NXT	b.5)	AMX International	2,54%	15/01/2026	-	-	-	(2.558)	3.041	-	218.283	219.638	
Claro NXT	b.5)	AMX International	2,54%	27/01/2026	-	-	-	-	1.595	230	120.681	121.082	
Claro NXT	b.5)	AMX International	2,54%	28/01/2026	-	-	-	(1.429)	1.595	243	120.672	121.081	
Claro NXT	b.5)	AMX International	2,82%	26/02/2026	-	-	-	(3.198)	3.542	988	240.958	242.290	
Claro NXT	b.5)	AMX International	3,14%	06/03/2026	-	-	-	(7.002)	5.728	(632)	486.657	484.751	
Claro NXT	b.5)	AMX International	3,14%	10/03/2026	-	-	-	(6.926)	7.890	(2.785)	486.573	484.752	
Claro NXT	b.5)	AMX International	4,90%	11/03/2030	-	-	-	(191.206)	118.830	33.462	4.642.139	4.603.225	
Claro NXT		Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.119.757	-	-	(31.854)	27.386	(80.830)	-	-	1.034.459
Claro NXT		América Móvil Perú	2,54%	15/01/2026	215.772	-	(205.836)	-	3.928	(8.825)	-	-	-
Claro		Amov S.A.B.	2,54%	15/01/2026	523.821	-	(13.487)	-	12.848	(37.867)	-	-	485.315
Claro		Amov S.A.B.	2,54%	22/01/2026	261.480	-	(6.782)	-	6.414	(18.853)	-	-	242.259
Claro		Amov S.A.B.	2,82%	23/02/2026	261.557	-	(7.594)	-	7.120	(18.793)	-	-	242.290
Claro		Amov Finance											



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

b) Passivo atuarial:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	1.694.150	1.776.687
Outros resultados abrangentes	421.929	(146.758)
Atualizações atuariais	756	1.443
Custo dos serviços e juros, líquidos	173.381	153.988
Custo do serviço passado	(70.958)	-
Pagamentos efetuados	(98.205)	(91.210)
Saldo final	2.121.053	1.694.150
Circulante	7.725	9.283
Não circulante	2.113.328	1.684.867

As controladas Claro, TdB, Americe e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-emprego aos seus empregados, quais sejam:
 (i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD: A controlada Claro;
 (ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): As controladas Claro, TdB, Americe e Tvsat;
 (iii) Plano de saúde: As controladas Claro, Americe e Claro NXT; e
 (iv) Plano Gerador de Benefício Livre ("PGBL"): As controladas Claro e Americe.

As controladas Claro e Americe oferecem plano de saúde a seus empregados, que em parte representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante, que somam R\$2.113.328 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.684.867 em 31 de dezembro de 2022). O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2024 é de R\$12.950.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2023, a posição consolidada de participantes do PBD era: 2.958 aposentados e pensionistas (em 31 de dezembro de 2022 era 3.035). As controladas Claro e Americe oferecem aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisito pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2023, monta à importância de R\$7.725 no circulante e R\$180 no não circulante (31 de dezembro de 2022, R\$9.283 no circulante e R\$391 no não circulante).

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2023 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.914 ativos e 4.408 aposentados e pensionistas (em 31 de dezembro de 2022 era 6.551 ativos e 4.426 aposentados e pensionistas). O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2024 é de R\$1.222.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano. Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

	2023		2022	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Ativo (passivo) de benefícios	(2.114.092)	(2.787.773)	(2.005.154)	
Valor presente das obrigações atuariais	7.795	3.949.857	3.183.567	
Valor justo dos ativos	(2.106.297)	1.162.084	1.178.413	
Superávit (déficit) do plano	-	-	-	
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	-	(1.162.084)	(1.185.242)	
Plano de benefício ativo, líquido	-	-	6.829	
Dívida contratada	-	-	-	
Total do passivo atuarial	(2.106.297)	-	-	

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2023		2022	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Saldo inicial	(1.683.959)	(2.615.112)	(1.955.577)	
Custo do serviço corrente	(8.758)	-	(310)	
Custo dos juros	(164.333)	(249.169)	(186.130)	
Ganho/perdas atuariais	(432.914)	(219.230)	(72.944)	
Benefícios pagos para ativos do plano	12.079	295.738	209.807	
Benefícios pagos pela empresa	92.835	-	-	
Custo do serviço passado	70.958	-	-	
Saldo final	(2.114.092)	(2.787.773)	(2.005.154)	

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2023		2022	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Saldo inicial	7.859	4.244.864	3.384.621	
Rendimentos sobre ativos do plano	790	413.936	330.680	
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(854)	(413.205)	(325.052)	
Contribuições da patrocinadora	12.079	-	3.125	
Benefícios pagos	(12.079)	(295.738)	(209.807)	
Saldo final	7.795	3.949.857	3.183.567	

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

	2023		2022	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
2024	108.821	307.590	231.929	
2025	120.238	309.063	227.917	
2026	132.145	309.414	225.984	
2027	144.385	308.861	223.745	
2028	156.609	307.173	221.005	
2029 a 2033	944.934	1.466.352	1.043.056	

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2023		2022	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Custo do serviço corrente	(8.758)	-	(310)	
Juros líquido passivo (ativo)	(163.543)	1	(772)	
	(172.301)	(1.082)	(152.706)	

a) Fatores econômicos

	AMAP	PBD	PCV
Taxa de desconto	9,20% a.a.	9,05% a.a.	9,10% a.a.
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento dos custos médicos	5,05% a 9,71% a.a.	-	-
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.	-	-
Custo médico anual, aos 65 anos de idade (1)	R\$ 16.558	-	-

b) Fatores biométricos

	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)	AT-2000 (2)	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 80	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)	-	Álvaro Vindasi(-50%)
(iv) Rotatividade	Nula	-	-

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos são como seguem:

	2023		2022	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Taxa de desconto	8,20% - 10,20%	8,05% - 10,05%	8,10% - 10,10%	
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%	-	-	

As análises de sensibilidade apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa, enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	2023		2022	
	Consolidado	Taxa de desconto	Consolidado	Taxa de desconto
Plano de benefícios				
PBD	2.614.370	(2.984.149)	2.457.945	(2.792.418)
AMAP e plano de saúde	1.885.587	(2.396.184)	1.523.652	(1.876.348)
PCV	1.882.266	(2.144.168)	1.837.087	(2.089.470)

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	2023		2022	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Ações	-	0,01%	3,45%	
Fundos de investimento	100,00%	91,27%	95,99%	
Investimentos imobiliários	-	6,81%	0,56%	
Outros	-	1,91%	-	
	100,00%	100,00%	100,00%	

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 12,07%, com prazo médio de vencimento de cinco anos.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	13.840.205	7.751.623
Aquisição de empresa (Nota 1 i.)	-	2.186.210
Operações societárias (Nota 1 ii./iv.)	-	(1.168.357)
Adições, líquidas (1) (2)	2.938.117	7.160.818
Encargos financeiros	1.534.690	1.392.464
Pagamentos	(4.064.948)	(3.482.553)
Saldo final	14.258.064	13.840.205
Circulante	3.718.730	3.360.198
Não circulante	10.539.334	10.480.007

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.
 (2) Inclui valores de base fee e terrenos reconhecidos em julho de 2022 com a parte relacionada TBSA no montante de R\$5.607.254, em decorrência da operação societária na Nota 1 ii.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2023:

	Valor
2024	4.290.230
2025	3.554.930
2026	2.791.192
2027	2.465.096
2028	2.135.219
Posterior a 2028	5.960.675
Valores não descontados	21.197.342
Juros embutidos	(6.939.278)
Saldo do passivo de arrendamento	14.258.064

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$9.509.569, divididos em 203.583.506.268 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

1. **Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu dividendo mínimo obrigatório de R\$16.501.

Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), foi aprovada a proposta de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$15.007, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com a subsequente reversão do referido valor de dividendos mínimos obrigatórios para a Reserva de Lucros a Realizar em função da limitação financeira da Companhia.

d) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 houve o reconhecimento dos valores oriundos de perdas atuariais no montante de R\$135.908 (ganhos atuariais de R\$46.306 em 31 de dezembro de 2022) e reflexo de ganho de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior no montante de R\$2.001 (perda de variação cambial de R\$178 em 31 de dezembro de 2022).

e) Destinação do lucro líquido

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.736.289	1.579.637
Constituição da reserva legal	(86.847)	(78.982)
Constituição de lucros a realizar	(1.633.595)	(1.485.648)
Dividendos mínimos obrigatórios	(16.501)	(15.007)
Reflexo de outras movimentações	654	-
	-	-
	-	-

f) Resultado por ação

	2023	2022
Resultado do período atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	1.736.289	1.579.637
Denominador (por lote de mil ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.583.506	203.583.506
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:		
Ação ordinária	0,00853	0,00776

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.

20. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta de serviços	52.527.541	51.301.310
Receita bruta de aparelhos	3.060.702	2.267.910
Deduções de vendas:		
Tributos	(8.910.655)	(9.867.998)
Descontos	(898.692)	(989.122)
Devoluções	(19.540)	(39.338)
Receita operacional, líquida	45.758.956	42.672.762

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Consolidado	
	2023	2022
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(27.406.951)	(25.196.435)
Despesas comerciais	(8.572.495)	(8.556.326)
Despesas gerais e administrativas	(3.665.819)	(3.173.889)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.222.994	1.211.703
	(38.423.071)	(35.714.947)
Serviços de terceiros	(9.691.858)	(9.286.076)
Depreciação e amortização	(12.330.569)	(11.031.667)
Mão de obra própria	(4.623.271)	(4.179.513)
Interconexão	(1.407.013)	(1.508.015)
Canais de conteúdo	(4.018.764)	(4.248.099)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.291.161)	(1.690.868)
Taxas e contribuições	(1.648.976)	(1.645.062)
Aluguéis	(170.623)	(81.181)
Publicidade	(1.026.142)	(1.012.559)
Perdas com recebíveis (1)	(818.484)	(989.281)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(396.210)	(422.626)
	(38.423.071)	(35.714.947)

(1) Compreende provisão para perdas de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros sobre tributos e outros	802.376	433.550		
Receita de aplicação financeira	248	22	168.469	49.182
Outras receitas financeiras	-	369.373	2.650	440.779
Variações cambiais, líquidas	-	25.683	1.415.570	1.380.792
Variações monetárias, líquidas	-	3	-	-
	8.384	398.694	2.389.065	2.304.303
Despesas financeiras				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(268.331)	(224.55		



CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 07.043.628/0001-13



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2023	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Partes relacionadas	19.613.301	980.665	4.903.325	9.806.650
Fornecedores	82.980	4.149	20.745	41.490
Outros (Ativos-Passivos)	(31.463)	(1.573)	(7.866)	(15.732)
		983.241	4.916.204	9.832.408
Alta do US\$				
Partes relacionadas	19.613.301	(980.665)	(4.903.325)	(9.806.650)
Fornecedores	82.980	(4.149)	(20.745)	(41.490)
Outros (Ativos-Passivos)	(31.463)	1.573	7.866	15.732
		(983.241)	(4.916.204)	(9.832.408)

d) **Risco da taxa de juros**
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário provável	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2023	CDI + 50%	CDI - 50%
11,65%	17,48%	5,83%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2023	Ganho/(perda)	
		Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	R\$10.645.563	(428.956)	463.279

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

e) **Risco de crédito**
O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("dealers") e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, *internet*, banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à *internet*, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) **Risco de liquidez**
O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 13, 16, 18 e 25.

25. **COMPROMISSOS**
A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
2024	2.699.217
2025	989.752
2026	1.016.836
2027	1.041.623
2028	1.067.212
Posterior a 2028	6.409.379
Total	13.224.019

26. **SEGUROS**
A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.694.455, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. **OUTRAS GARANTIAS**
A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, regulatórias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$24.976.895 em 31 de dezembro de 2023 (R\$22.800.865 em 31 de dezembro de 2022).

28. **EVENTOS SUBSEQUENTES**
Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de janeiro de 2024, a controlada Claro obteve a aprovação para a 14ª emissão de debêntures no valor de R\$3.000.000, pelo prazo de 3 anos e taxa de juros de CDI + 1,20% ao ano. A emissão foi realizada no dia 20 de fevereiro de 2024.

No dia 15 de fevereiro de 2024, em reunião de Assembleia Geral dos Debenturistas foi aprovada o resgate antecipado total da 11ª emissão de debêntures da controlada Claro, no valor de R\$4.250.000, emitida em 28 de março de 2022 e originalmente com vencimento em 28 de março de 2024, e taxa de juros CDI + 1,40% a.a. O resgate antecipado total de Principal (R\$4.250.000) e Juros (R\$212.995) foi realizado em 21 de fevereiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Oscar von Hauske Solis - Presidente do Conselho de Administração Roberto Cataião Cardoso - Membro Titular Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Membro Titular	José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente José Formoso Martínez - Diretor Roberto Cataião Cardoso - Diretor de Relações com Investidores	Ricardo Basso Gaino Gerente de Contabilidade - CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos
A Companhia e suas controladas possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos, líquidos o montante de R\$ 12.143.664 mil em 31 de dezembro de 2023, referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2. A Companhia e suas controladas reconhecem estes tributos diferidos na extensão da análise referente à expectativa de geração de lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e de suas controladas, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:
• Teste dos controles internos da Companhia sobre os tributos diferidos ativos, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos;
• Envolvimento de nossos profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos diferidos;
• Envolvimento de nossos especialistas em impostos para auxiliar nas análises sobre o cálculo dos tributos diferidos ativos;

• Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela diretoria, que incluiu, principalmente: (i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; (ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional; e (iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 7.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Análise de recuperabilidade do ágio
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia e suas controladas possuíam registrado o montante de R\$ 7.103.390 mil referente a ágio por expectativa de rentabilidade futura provenientes de diversas aquisições de negócios. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Essa análise é efetuada com base no plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro das unidades geradoras de caixa nas quais o ágio está alocado. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas Notas Explicativas 3.12, 3.13 e 11, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio, desempenho do mercado no qual atua e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:
• Teste dos controles internos relevantes da Companhia sobre ágio, incluindo os controles internos sobre a redução ao valor recuperável do ágio;
• Envolvimento de nossos profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável do ágio;

• Análise das projeções preparadas pela diretoria para determinar o valor recuperável do ágio, que incluiu, principalmente: (i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas, (ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional e (iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nº 3.12, 3.13, e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita
O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 3.19.

Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assecuração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:
Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:
• Teste dos controles internos da Companhia: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela diretoria relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar.

• Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
• Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
• Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 3.19, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Passivos contingentes tributários
A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas no montante de R\$ 34.625.957 mil em 31 de dezembro de 2023, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 5.583.162 mil, sendo o valor remanescente de R\$ 29.042.795 mil divulgados pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos da NBC TG 25 (IAS37) - Provisões, Passivo Contingentes e Ativo Contingentes, conforme divulgado na Nota Explicativa 15.1. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Nossos procedimentos de auditoria sobre os passivos contingentes tributários incluíram, dentre outros:
• Entendimento com base em discussões com a diretoria e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles internos implementados pela diretoria;
• Teste dos controles internos da Companhia sobre os passivos contingentes tributários;

• Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela diretoria indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2023;

• Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foram considerados como provável ou possível pela diretoria.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e divulgação das contingências tributárias, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas utilizados pela diretoria no reconhecimento e mensuração da referida provisão, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 15.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações de valor adicionado e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP/034519/O
Bruno Franco Bianchi
Contador - RJ-112137/O

Building a better working world

